

## SISTEMA EDUCACIONAL E DEMOCRACIA: UM ESTUDO DE CASO

### THE EDUCATION SYSTEM AND DEMOCRACY: A CASE STUDY

### EL SISTEMA EDUCATIVO Y LA DEMOCRACIA: UN ESTUDIO DE CASO

Horácio José de Souza Neto<sup>1</sup>

Lucas André Teixeira<sup>2</sup>

**RESUMO:** Esta pesquisa eclodiu no contexto de reestruturação curricular de uma escola pública do Estado de São Paulo entre os anos letivos de 2021 e 2022, onde docentes e discentes engajaram-se para garantir a realização de eleições para a composição dos colegiados (Conselho de Escola, Grêmio Estudantil e Associação de Pais e Mestres). A motivação para tal engajamento surgiu a partir da ameaça política de indicação da E. E. Alfredo Inácio Trindade ao Programa Ensino Integral (PEI) divulgado pelo governo. A partir deste engajamento da comunidade escolar para impedir de forma legal a organização e introdução do ensino integral na escola, desencadeou-se uma série de conflitos perante a gestão, ameaçando a autonomia da unidade escolar. O *status quo* da escola que durante anos foi regido pela lógica de violência simbólica, apresenta declínio, este fato é observado pelo atual nível de engajamento de professores e alunos que procuram afastar as práticas de violência e arbitrariedade executadas pela gestão escolar. A Pesquisa se vincula aos pressupostos da análise qualitativa em educação, cuja modalidade se insere em um estudo de caso, visto que o problema abordado tem como referente empírico as experiências de resistência em relação à política de aplicação do PEI e que também afetou duas outras escolas da rede pública do Estado de São Paulo, localizadas na zona norte da cidade de São Paulo. Do ponto de vista da constituição dos dados, a pesquisa utilizará o questionário como instrumento e a entrevista semiestruturada como técnica a ser aplicada aos docentes e aos estudantes participantes da pesquisa, além de recorrer à utilização de documentos institucionais, tais como: regimento escolar, legislações e ATAs de Assembleias e Reuniões de Colegiado, bem como de requerimentos, denúncias de ouvidoria, documentos e processos administrativos. O processo e análise dos dados será realizado com base nos pressupostos teórico-metodológicos da pedagogia histórico-crítica. A expectativa é produzir conhecimentos científicos que promovam a denúncia sobre o ataque e controle à autonomia da unidade escolar e a análise crítica sobre a relevância do PEI, tendo em vista a necessidade de enfrentamento do projeto de educação paulista.

**Palavras-chave:** Colegiados. Programa Ensino Integral. Autonomia.

<sup>1</sup>Discente do curso de doutorado na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, Programa de Pós-graduação em Educação Escolar.

<sup>2</sup>Docente do curso de doutorado na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, Programa de Pós-graduação em Educação Escolar.

**ABSTRACT:** This research emerged in the context of a curriculum overhaul at a state school in São Paulo between the 2021 and 2022 academic years, during which teachers and pupils worked together to ensure that elections were held to form the governing bodies (School Council, Student Union and Parents' and Teachers' Association). The motivation for this engagement arose from the political threat of the Alfredo Inácio Trindade State School being nominated for the Full-Time Education Programme (PEI) announced by the government. This engagement by the school community to legally prevent the organisation and introduction of full-time education at the school triggered a series of conflicts with the school management, threatening the school's autonomy. The status quo of the school, which for years was governed by a logic of symbolic violence, is in decline; this is evident in the current level of engagement among teachers and students who are seeking to put an end to the practices of violence and arbitrariness carried out by the school management. The research is grounded in the principles of qualitative analysis in education, employing a case study methodology, as the issue addressed draws empirically on experiences of resistance to the policy of implementing the PEI, which also affected two other state schools in the State of São Paulo, located in the northern zone of the city of São Paulo. In terms of data collection, the research will use a questionnaire as its instrument and semi-structured interviews as the technique to be applied to the teachers and students participating in the study, as well as drawing on institutional documents such as: school regulations, legislation, and minutes of assemblies and collegiate body meetings, as well as applications, complaints submitted to the ombudsman's office, and administrative documents and proceedings. Data processing and analysis will be carried out based on the theoretical and methodological assumptions of historical-critical pedagogy. The aim is to produce scientific knowledge that highlights the attack on and control of the school's autonomy and provides a critical analysis of the relevance of the PEI, in view of the need to challenge the São Paulo education project.

**Keywords:** School Councils. Full-Time Education Programme. Autonomy.

**RESUMEN:** Esta investigación surgió en el contexto de la reestructuración curricular de una escuela pública del estado de São Paulo entre los cursos escolares 2021 y 2022, en la que profesores y alumnos se movilizaron para garantizar la celebración de elecciones para la composición de los órganos colegiados (Consejo Escolar, Consejo Estudiantil y Asociación de Padres y Maestros). La motivación para tal compromiso surgió a raíz de la amenaza política de incluir a la Escuela Alfredo Inácio Trindade en el Programa de Educación Integral (PEI) anunciado por el gobierno. A partir de este compromiso de la comunidad escolar para impedir de forma legal la organización e introducción de la educación integral en la escuela, se desencadenó una serie de conflictos con la dirección, que amenazaban la autonomía del centro educativo. El statu quo de la escuela, que durante años se ha regido por la lógica de la violencia simbólica, presenta un declive; este hecho se observa en el nivel actual de compromiso de profesores y alumnos, que buscan alejar las prácticas de violencia y arbitrariedad ejecutadas por la dirección escolar. La investigación se basa en los supuestos del análisis cualitativo en educación, cuya modalidad se inscribe en un estudio de caso, dado que el problema abordado tiene como referencia empírica las experiencias de resistencia en relación con la política de aplicación del PEI, que también afectó a otras dos escuelas de la red pública del estado de São Paulo, situadas en la zona norte de la ciudad de São Paulo. Desde el punto de vista de la recopilación de datos, la investigación utilizará el cuestionario como instrumento y la entrevista semiestructurada como técnica que se aplicará al profesorado y al alumnado participante en la investigación, además de recurrir al uso de documentos institucionales, tales como: reglamento escolar, legislación y actas de

asambleas y reuniones del consejo escolar, así como solicitudes, denuncias presentadas ante la oficina del defensor del pueblo, documentos y expedientes administrativos. El procesamiento y el análisis de los datos se llevarán a cabo basándose en los supuestos teórico-metodológicos de la pedagogía histórico-crítica. La expectativa es producir conocimientos científicos que promuevan la denuncia del ataque y el control a la autonomía de la unidad escolar y el análisis crítico sobre la relevancia del PEI, teniendo en cuenta la necesidad de hacer frente al proyecto educativo de São Paulo.

**Palabras clave:** Consejos escolares. Programa de Educación Integral. Autonomía.

## INTRODUÇÃO

A institucionalização da educação tem se consolidado como a forma mais eficaz de socialização do conhecimento sistematizado, diretamente ligada ao processo histórico de consolidação do capitalismo. A burguesia, ao instaurar uma nova ordem social entre os séculos XVII e XVIII, utilizou o iluminismo como base filosófica e o Estado-Nação como estrutura política. Nesse contexto, a escola surgiu como instrumento essencial para consolidar esse projeto, inicialmente voltado à socialização do saber. Com o tempo, no entanto, esse ideal passou a atender os interesses da classe dominante.

Mesmo limitada pela lógica da reprodução do capital, a escola pública mantém um potencial transformador ao possibilitar a apropriação crítica da cultura e da linguagem, condições inexistentes antes da modernidade. A pedagogia histórico-crítica reconhece essa contradição e defende a escola como espaço de disputa entre projetos antagônicos. Para Saviani (2011, p. 13), “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. Nesse sentido, a educação deve garantir a assimilação dos elementos culturais necessários para a formação plena do ser humano.

A hipótese central aqui defendida é a da necessidade de preservar a institucionalização da educação como estrutura pública, laica e democrática. Apesar das tensões internas, a escola pública preserva princípios modernos fundamentais, mesmo quando ameaçada pela lógica mercantilista do Estado.

A ideologia neoliberal, ao impor reformas educacionais de viés gerencialista, atua como um mecanismo de alienação por meio de leis e normatizações que dificultam a autonomia das comunidades escolares. Como afirma Duarte (2015, p. 9), “luta ideológica significa, entre outras coisas, luta entre concepções de mundo”.

Essa contradição se manifesta no caso da E.E. Alfredo Inácio Trindade, onde a comunidade escolar se mobilizou contra a adesão compulsória ao Programa de Ensino Integral (PEI). Dois fatores foram decisivos: a perda da autonomia pedagógica e a redução das disciplinas básicas do currículo do ensino médio. O Conselho de Escola e o Grêmio Estudantil deliberaram pela não adesão ao PEI, valorizando o ensino das disciplinas fundamentais como condição para a formação cidadã. Essa decisão expressa um nível elevado de consciência e articulação coletiva, resultado de um processo educativo contínuo e vinculado ao território, em que 70% dos docentes são efetivos e grande parte dos alunos reside na região.

O engajamento discente resultou de uma vivência educativa com base no ensino sistematizado e na permanência dos professores, promovendo vínculos afetivos e aprendizagens significativas. Os estudantes argumentaram que o PEI comprometeria sua formação integral e inviabilizaria sua contribuição econômica às famílias. Essa percepção está em sintonia com a crítica da pedagogia histórico-crítica à desvalorização dos conteúdos clássicos, substituídos por itinerários extracurriculares. Como enfatiza Duarte (2021, p. 59), “o ensino é transmissão de conhecimento, mas tal transmissão está longe de ser uma transferência mecânica [...] é o encontro de várias formas de atividade humana”.

Apesar desse exemplo de resistência, o contexto ideal de funcionamento da escola pública é cada vez mais ameaçado pelas reformas neoliberais. Medidas como a Reforma do Ensino Médio do Brasil (Lei 13.415/2017), a tentativa de Reorganização Escolar do estado de São Paulo (Decreto 61.692/2015) e a alteração do Estatuto do Magistério Paulista do estado de São Paulo (Lei Complementar 1.396/2023) revelam uma tendência de precarização, subjetivação da gestão e fragilização do corpo docente. A lógica gerencial, ao colocar o aval das Diretorias de Ensino acima dos critérios técnicos, compromete a autonomia institucional e intensifica a interdição da participação democrática.

Embora atravessada por contradições estruturais, a escola pública segue sendo um espaço estratégico na luta de classes. Quando há fortalecimento do currículo básico, da permanência docente e da gestão democrática, a escola pública pode cumprir seu papel transformador. A experiência da E.E. Alfredo Inácio Trindade mostra que é possível resistir às imposições do Estado e reafirmar a escola como um espaço de socialização do saber e de construção da emancipação humana.

## MÉTODOS

Para corresponder a essa dinâmica de resistência, o referencial teórico será pautado na perspectiva de análise histórico-crítica com escopo epistemológico do pensamento crítico abrangendo os procedimentos de análise e metodologia da pedagogia histórico-crítica e pedagogia radical, com base na produção de autores como: Dermeval Saviani, Newton Duarte, Michael Apple, Henry Giroux, Contreras, Peter McLaren, Clermont Gauthier.

Este quadro teórico corresponde aos estudos de âmbito estrutural relacionados ao funcionamento institucional da educação nas esferas pedagógica e política, desta forma, o direcionamento epistemológico está voltado ao pensamento histórico-crítico, o principal referencial de contribuição a presente tese está associado aos estudos sobre autonomia docente, resistência e seus saberes Contreras (2002), análise política e ideológica do currículo Apple (1982), análise crítica da educação neoliberal Duarte (2006) e teses sobre a superação da educação tradicional Saviani (2008).

Segue uma sistematização da teoria do conhecimento que configura a estrutura do referencial teórico: Epistemologia do Materialismo histórico-dialético, Teoria crítica, Pedagogia radical e Pedagogia histórico-crítica.

Para elucidar e dar mais clareza a este delineamento teórico sobre uma postura e compromisso intelectual crítico, recorreremos aos encaminhamentos de McLaren (1997, p. 199, grifo do autor). “Os teóricos críticos começam com a premissa de que *homens e mulheres são essencialmente não livres e habitam um mundo repleto de contradições e assimetrias de poder e privilégio*. O educador crítico adota teorias [...], *dialéticas*, [...]”.

Corroborando com Peter McLaren, o presente projeto é fruto da ação docente vivenciada no cotidiano laboral, ou seja, envolto aos conflitos escolares gerados por uma gestão empenhada a manter um rito de alienação e privilégios de pessoalidade, corrompendo a normatização do magistério. Essa maturidade de resistência e o movimento constante de ação política, tem, coerentemente, a busca do arcabouço analítico do pensamento crítico. Esse pequeno movimento de autorreflexão traz à tona a metodologia principal deste projeto. O fator que justifica essa escolha é o processo de reestruturação da E. E. Alfredo Inácio Trindade, uma unidade escolar que passou por mais de uma década sob regime de alienação dos colegiados, práticas de violência simbólica e material, executadas pela gestão escolar durante o período de sua vigência (2010 a 2022). O levante do corpo docente e discente entre 2021 e 2022 foi um processo de resistência, requerendo uma tomada de ação, colocando a necessidade de pensar alternativas para livrar a

escola da prática de manipulação dos colegiados e reivindicar o regime legal da gestão democrática.

Considerando a peculiaridade e as demandas do Estudo de Caso sobre o período de reestruturação da Escola Estadual Alfredo Inácio Trindade, onde o engajamento do corpo docente e discente pôs fim ao longo período de alienação dos colegiados, podemos destacar que a dinâmica mais evidente observada neste intenso processo de levante da comunidade escolar é a resistência e a busca de autonomia. Diante dos problemas orquestrados por uma gestão incompetente que executava a interdição e a desqualificação docente e plena violência aos discentes, mesmo assim, a comunidade escolar conseguiu resistir, e de forma política soube reivindicar a execução das normas que regem a gestão democrática, ainda que isso possa significar uma ilusão nos termos de uma democracia burguesa. Sobre esta dinâmica social manifestada no ambiente educacional, Giroux (1986, p. 156 - 158) traz contribuições para compreendermos as condições sociais e políticas da escola na esfera pública considerando que “[...] a importância das escolas e da pedagogia radical é iluminada por vários pressupostos cruciais. [...] que capte a relação dialética entre os agentes coletivos e as condições históricas e locais particulares nas quais eles se encontram.” Desta forma, podemos desenvolver um trabalho que sirva de orientação aos professores na condução do ofício no âmbito institucional, para operar com a dinâmica política educacional, promovendo engajamento docente, conectando a prática ao arcabouço normativo do magistério.

6

Porém, é preciso considerar a complexidade do objeto estudado em sua magnitude relacional que vai além dos fatores normativo e curricular, persistindo também fatores de âmbito das condutas que configuram as relações de poder entre os entes institucionais e a Unidade Escolar no plano da superestrutura, que por sua vez está dialeticamente atrelado à plano da infraestrutura social. Neste sentido, a tese procura desenvolver uma denúncia com objetivo de mobilizar o engajamento docente, promovendo o poder de decisão e participação docente dentro de suas atribuições na unidade escolar, um caminho para solucionar os problemas que afetam as práticas docentes na condução do ofício referente a autonomia do trabalho pedagógico.

A metodologia da pesquisa se estrutura como um Estudo de Caso centrado na Escola Estadual Alfredo Inácio Trindade, situada na zona norte de São Paulo, onde ações de resistência e busca por autonomia foram articuladas frente à tentativa de implementação do Programa Ensino Integral (PEI). A pesquisa adota o conceito de Severino (2016, p. 128), que define estudo

de caso como “representativo de um conjunto de casos análogos”, incorporando também como elementos comparativos as escolas estaduais Gustavo Barroso e Francisco Voccio. A coleta de dados é realizada através de pesquisa documental — envolvendo registros como ATAs, Projeto Político-Pedagógico (PPP), denúncias à ouvidoria e documentos administrativos — e entrevistas semiestruturadas com docentes e ex-alunos, conforme orienta Manzini (2003, p. 13): “uma conversa orientada para um objetivo estabelecido pelo pesquisador”.

O trabalho investigativo pretende reunir fontes primárias e secundárias que evidenciem os conflitos, a mobilização da comunidade escolar e os impactos da imposição do PEI, destacando o enfrentamento de práticas antidemocráticas e a busca pela manutenção da autonomia da unidade escolar.

## RESULTADOS

Com início em 2024, são praticamente cinco semestres de pesquisa até o presente momento, as primeiras providências foram a coleta de dados documentais internos (dados primários), ATAs de reuniões dos colegiados e manifestos discentes e docentes sobre reivindicações para garantir a melhoria do serviço escolar, como também a coleta de documentos normativos emitidos pelas centrais administrativas, Diretoria de Ensino e Secretaria de Educação (resoluções executivas e legislações). As primeiras análises da pesquisa sobre os dados coletados apontam os seguintes resultados parciais: perda gradativa da autonomia da Unidades Escolar, precarização docente (critérios de concurso e estabilidade alterados pelo novo Estatuto do Magistério Paulista), redução da carga horária das disciplinas básicas, aumento do controle e vigilância do trabalho docente a partir das plataformas de ensino e sistemas de monitoramento administrativo (materiais prescritivos online e registros de aula).

Outra constatação com base nas análises documentais está relacionada aos dados normativos, a práxis do cotidiano laboral da unidade escolar, objeto da pesquisa, está em desacordo com o estabelecido em lei, como exemplo, podemos citar o artigo 95 da lei Complementar 444/85 do estado de São Paulo (Estatuto do Magistério Paulista) que regimenta a plena execução dos colegiados a partir de uma organização orgânica e horizontal com plena participação da comunidade escolar e poder de decisão sobre os principais aspectos do serviço educacional. Essas condições promovem a gestão democrática na escola, todas as decisões devem passar a priori por deliberação, porém, as reformas funcionais e curriculares estão provocando a perda de estabilidade do corpo docente e, conseqüentemente, a perda da

autonomia perante o processo de formação de comissões, composição de assembleias e a condução dos próprios colegiados, resultado direto do aumento do poder da gestão em processos admissionais de caráter temporário e, principalmente, mas acima de tudo, em caráter estatutário, considerando a última reforma legislativa sobre o regimento do Estatuto do Magistério Paulista que estabelece novos critérios de escolha da unidade escolar e da avaliação por estágio probatório, ambos sob total controle da gestão, extinguindo a tradicional via técnica de admissão por título, passando a vigorar a criação de uma comissão de avaliação subjetiva dos novos ingressantes, atribuindo total poder a gestão para decidir sobre a manutenção da unidade sede do servidor e a sua própria condição de empregabilidade. Essas condições de descaracterização do magistério tradicional retirando a estabilidade docente na condução do seu ofício, de certa forma, fortalece o processo de alienação dos colegiados, centraliza o poder ao corpo gestor, dinâmica totalmente oposta ao conceito de Gestão Democrática.

## DISCUSSÃO

A pesquisa analisa as falhas recorrentes na administração de escolas públicas, em especial quanto ao desrespeito às normativas legais da gestão democrática estabelecidas por diretrizes federais. Essas falhas refletem o avanço da educação estatal em direção à privatização e à financeirização do sistema, transformando profundamente os aspectos políticos, sociais e econômicos da educação. Como destaca Catini (2024, n.p.), trata-se de “transformações que modificam a educação [...] absolutamente ligados ao processo econômico de privatização [...] culminando na financeirização da educação estatal.” Nesse cenário, a escola deixa de cumprir sua função social de forma democrática e passa a operar sob uma lógica hierárquica, com decisões concentradas na direção, em detrimento dos colegiados que deveriam garantir a participação coletiva da comunidade escolar. Embora a Constituição Federal de 1988, a LDB de 1996 e o Estatuto do Magistério Paulista de 1985 prevejam a autonomia da escola pública, essas garantias vêm sendo enfraquecidas por práticas arbitrárias, como a escolha unilateral dos membros dos colegiados e a suspensão de assembleias e deliberações regulares.

A pesquisa propõe investigar os limites dessa autonomia, ressaltando a necessidade de uma gestão horizontal que envolva professores, estudantes, responsáveis e funcionários. Seu objetivo geral é analisar como os colegiados poderiam exercer efetivamente sua função social na construção coletiva do currículo escolar, sobretudo frente aos impactos do Programa de Ensino Integral (PEI). Já o objetivo específico inclui denunciar irregularidades administrativas

e propor orientações técnicas que promovam o engajamento da comunidade escolar e garantam a execução plena da gestão democrática. A hipótese central é de que o Estado de São Paulo vem intensificando desigualdades educacionais ao restringir o acesso ao conhecimento crítico nas escolas públicas, em comparação com a rede privada. Além disso, levanta-se a hipótese de descaracterização do magistério público, cuja autonomia docente e estabilidade estão sendo substituídas por uma lógica empresarial baseada em metas e avaliações subjetivas. Essa investigação, portanto, busca compreender como os colegiados de três escolas da zona norte de São Paulo têm operado diante da implementação do PEI, evidenciando a urgência de resgatar a autonomia e o caráter público da educação escolar.

A pesquisa aborda as transformações profundas no sistema educacional paulista desde 2007, com destaque para a precarização da carreira docente e o impacto das reformas neoliberais sobre a escola pública. A implementação do Programa Ensino Integral (PEI) e do Novo Ensino Médio é apontada como um avanço da lógica de privatização, levando à exclusão de disciplinas básicas e à reorganização curricular voltada para o mercado de trabalho flexível. Como observa Catini (2024), está em curso a constituição de uma “Educação Estatal”, marcada pela financeirização e pela subordinação da escola pública a interesses empresariais. Essa política tem gerado situações de vulnerabilidade tanto para alunos quanto para professores, com questionamentos sobre os reais efeitos do PEI na aprendizagem e sobre a redução de  $\frac{2}{3}$  do número de estudantes nas escolas que adotaram o programa. Além disso, a intensificação do método neotecnicista, a diminuição da carga horária de disciplinas como Português e Matemática e a exclusão das Ciências Humanas e da Natureza no último ano do ensino médio são indícios do esvaziamento propedêutico da formação escolar.

A justificativa aponta que, ao manter a integralidade curricular apenas nas instituições privadas, o Estado potencializa a elitização da educação, aprofundando a estratificação social. A pesquisa denuncia ainda o uso de dispositivos político-administrativos para a precarização do trabalho docente, com destaque para a retirada de benefícios, a fragmentação funcional e o enfraquecimento da estabilidade profissional. Esse processo, que vem se intensificando desde 2007, inclui a criação da Categoria O, o currículo prescritivo, a nova carreira do magistério e mudanças nos critérios de atribuição de aulas e assiduidade. Trata-se, portanto, de um cenário que exige reflexão crítica sobre a função social da escola pública e sobre a construção de alternativas que preservem sua autonomia e compromisso com uma educação de qualidade e democrática.

A pesquisa constata e denuncia a intensificação de políticas neoliberais na educação pública paulista, evidenciadas pela falta de concursos públicos, subtração de componentes curriculares básicos e estruturação de um modelo voltado à formação técnica e ao mercado de trabalho. Esse processo é interpretado como uma tentativa intencional do Estado de institucionalizar a lógica privatista e gerencialista no ensino, promovendo a financeirização da escola pública.

A reestruturação curricular, legitimada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e influenciada por institutos privados como a Fundação Leman e o Instituto Ayrton Senna, promove a diluição das disciplinas básicas e a precarização do trabalho docente. Como afirma Saviani (2016), trata-se de uma intensificação tecnicista que substitui o núcleo curricular tradicional por práticas extracurriculares. No caso da Escola Estadual Alfredo Inácio Trindade, houve resistência da comunidade escolar às reformas, ainda que acompanhada por represálias institucionais.

A pesquisa fundamenta-se em uma perspectiva histórico-crítica, articulando autores como Saviani, Duarte, McLaren e Giroux para sustentar a denúncia sobre o comprometimento da autonomia escolar diante de políticas neoliberais. A epistemologia é guiada pelo materialismo histórico-dialético e pela pedagogia radical, em busca de compreensão das contradições sociais e institucionais que afetam a escola pública. O caso da E. E. Alfredo Inácio Trindade exemplifica esse conflito, com a reação do corpo docente e discente frente ao controle hierárquico e manipulação dos colegiados. Giroux (1986) reforça que “a pedagogia radical deve ser um ponto de partida na natureza contraditória da escolarização [...] para criar condições para uma nova esfera pública.” A pesquisa dialoga com estudos sobre o PEI (Oliveira, 2020; Moreira, 2021;), destacando a necessidade de práticas docentes engajadas que enfrentem a desqualificação funcional e as relações de poder que limitam a gestão democrática escolar.

## CONCLUSÃO

A escola pública é uma das instituições que melhor expressa a recente evolução histórica da modernidade, sua função é carregada de dualidade refletindo no potencial transformador como ente dinâmico de produção e reprodução cultural da sociedade, representa o apogeu da era do conhecimento. A função social da escola é tão importante ao ponto de reconhecermos que a ela não basta investimento financeiro, mas também, investimento político, considerando a

imprescindível autonomia institucional, pois sem autogestão, não existe a mínima possibilidade de executar e ensinar a democracia.

O desenvolvimento dessa tese tem o compromisso e a responsabilidade de apresentar um trabalho que, ao denunciar as condições irregulares e incongruentes da gestão escolar, possa também, apresentar de forma sintética e objetiva com base em estudo de caso, a potencialidade da gestão democrática a partir da participação e tomada de consciência da comunidade escolar sobre a autonomia da escola pública e a possibilidade de executar a democracia.

## REFERÊNCIAS

APPLE, M. W. **Ideologia e Currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 69-157.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. **Reforma do Ensino Médio**. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

CATINI, C. **A reforma do ensino médio não será instagramável: incentivo financeiro, trabalho estudantil e financeirização**. ABET, Florianópolis-SC, 30 de março de 2024. Disponível em: <https://abet-trabalho.org.br/a-reforma-do-ensino-medio-nao-sera-instagramavel-incentivo-financeiro-trabalho-estudantil-e-financeirizacao/>

CONTRERAS, J. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

DUARTE, N. **Vigotski e o “Aprender a Aprender”**: Críticas às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2006.

DUARTE, N. (2015). **A importância da concepção de mundo para a educação escolar: Porque a pedagogia histórico-crítica não endossa o silêncio de Wittgenstein**. *Geminal: Marxismo E educação Em Debate*, 7(1), 8-25.

DUARTE, N. (2021). **O ensino escolar como ressurreição dos mortos. Capítulo 4 do livro Os Conteúdos Escolares e a Ressurreição dos Mortos**. Campinas, Autores Associados, 2021, 2ª ed., p. 48-65.

GIROUX, H. **Teoria crítica e resistência em educação**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1986.

MANZINI, E. J. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada**. (In) Maria Cristina Marquezine, Maria Amélia Almeida, Sadno Omote (orgs). *Colóquios sobre pesquisa em educação especial*. Londrina: Eduel, 2003. P 11-25.

MCLAREN, P. **A vida nas escolas: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1997.

MOREIRA, E. A. **O Programa Ensino Integral - PEI como política de expansão de jornada escolar na rede pública de ensino do Estado de São Paulo (2012-2020)**. 2021. 235f, Tese, PUC-SP, São Paulo, 2021.

OLIVEIRA, J. V. P. **Geografia, escola e política educacional: um estudo do Programa Ensino Integral (PEI) (2011-2019) na cidade de São Paulo**. 2020. 107f, Dissertação, USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2020.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. (2011). **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11.ed.rev.— Campinas, SP: Autores Associados, 2011. — (Coleção educação contemporânea).

SAVIANI, D. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Comum Curricular. **Movimento: Revista de Educação**, Niterói, n. 4, p. 54-84, 2016.

SÃO PAULO (Estado). **Lei Complementar nº 444**, de 27 de dezembro de 1985.

SÃO PAULO (Estado). **Estatuto do Magistério Paulista**. Lei Complementar nº 1.396 de 22/12/2023.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto (Revogado) de Reestruturação Escolar**. Decreto nº 61.692/2015.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2016.